

DISCURSO POSSE RAFSON SARAIVA XIMENES (2021-2023)

Há poucos dias, o nosso país parecia estar em transe. A população inteira mobilizada por um objetivo comum, as redes sociais em polvorosa, clima de expectativa, até que, enfim, o êxtase, o gozo, os fogos! Finalmente, a união nacional!

Infelizmente, o que levou o nosso povo a voltar a dar as mãos não foi algo como a chegada de vacinas suficientes para toda a população, nem mesmo a celebração de um título de futebol. Foi a simples possibilidade de eliminação de uma participante em um programa de TV. Foi a raiva que todos sentiam dela. Algumas pessoas sabiam a razão pela qual a odiavam. Outras, muitas, apenas seguiam a moda.

Lembrei de Sérgio Buarque de Holanda e do seu brasileiro cordial. Ao contrário do que muitos imaginam, o sentido de cordialidade usado por ele não é o de gentileza ou bondade, mas o de agir guiado mais pela emoção do que pela razão. Infelizmente, a raiva, a vontade de destruir algo ou alguém é um dos sentimentos com maior potencial motivador. Tenho a impressão de que isso nunca foi tão evidente no Brasil.

Ultimamente, tem sido cada vez mais frequente a mobilização baseada nesse sentimento negativo. Sejamos francos, recentemente muitos brasileiros, muitas autoridades, muitos veículos de imprensa, muitos acadêmicos apoiaram ou toleraram subversões do sistema jurídico, subversões do sistema democrático, políticas de empobrecimento da população, discursos francamente estimuladores da violência e da tortura, porque havia uma onda de ódio. Olhem onde fomos parar, guiados por decisões individuais e coletivas baseadas em uma emoção destrutiva.

Vocês podem estar perguntando o que a Defensoria Pública tem a ver com tudo isso. Eu respondo: tudo. A raiva gera a política do "Não", do silenciamento, da exclusão. Leva ao desejo de vingança. Pouco importa construir; o único desejo é derrubar algo ou alguém. A Defensoria toma o caminho oposto, luta para dar voz a quem não tem, luta pela inclusão, luta para evitar o linchamento. O desafio da Defensoria é o desafio do "Sim".

Episódios em que a turba se volta contra um bode expiatório com poder e dinheiro são esporádicos. Em regra, a gritaria engrossa mesmo contra os de sempre: pretos, pobres, homossexuais, mulheres, prostitutas, aquela caravana de sempre.

A raiva exige distanciamento, a conclusão de que o outro é diferente e que é pior. O distanciamento naturaliza absurdos, porque gera insensibilidade. Há tramitando no Congresso Nacional propostas de Emendas Constitucionais que dão a impressão de que o nosso maior problema é um excesso e não falta de investimentos em saúde, educação, moradia e assistência aos desamparados. Que outro sentimento faria alguém sustentar que um povo pobre e sofrido como o nosso tem ajuda em excesso do Estado?

Temos passado por um período de distorções de conceitos. O hino ao 2 de Julho afirma com ênfase a aversão ao despotismo, conceito oposto ao de Democracia. Mas, muitos pensam nessas palavras apenas em função da possibilidade de votar. Enxergam uma pequena parte da questão. Uma mãe precisar vender a casa para pagar a defesa do filho ou ter a impossibilidade de colocar o nome do pai no registro são formas cruéis de despotismo. A chegada da Defensoria Pública em uma cidade traz a verdadeira independência. O coração dos baianos não tolera nenhuma espécie de tirania, muito menos a tirania da injustiça.

Nas cidades em que a Defensoria Pública ainda não chegou não há ainda democracia. As pessoas em situação de pobreza até podem votar, mas não podem se defender, não podem se contrapor às suas mazelas. Não podem dizer "Sim", eu tenho direito a conhecer meu pai, "sim" eu tenho direito à saúde, "sim" eu tenho direito à educação de qualidade, "sim", eu tenho direito a ser considerado inocente, "sim" eu tenho direito a uma casa, "sim" eu tenho direito a ser adolescente, "sim" eu tenho direito a ser tratado como uma pessoa e a lutar pelos meus direitos com as mesmas ferramentas de quem possui dinheiro.

Há muito tempo falamos do futuro, até mesmo no hino nacional. Mas, para termos esperança de um tempo melhor, precisamos tratar o acesso à justiça com honestidade. O futuro somente espelhará grandeza, quando um sonho intenso de amor e de esperança descer à terra: que todos, mesmo os mais pobres, possam se defender na justiça. Nesse dia, o verde da nossa flâmula representará a presença da Defensoria Pública em todas as comarcas do Brasil. É aí que o sol da liberdade brilhará.

A constante busca pelo "sim" é uma tarefa hercúlea porque se propõe a revolucionar uma cultura de, pelo menos, 521 anos. Foram cinco séculos em que a pessoa pobre cujos direitos haviam sido violados apenas podia optar entre aceitar a sua triste sina "porque o mundo é assim mesmo", ou pegar em armas para lutar e, muitas vezes, ser criminalizada ou morrer. Cinco séculos de não, não, não, não.

Quando observamos filmes, livros ou músicas sobre o regime militar parece que apenas artistas, intelectuais e jovens de classe média foram perseguidos e torturados. Alguém realmente acredita que foi mais frequente a violência contra esse grupo do que contra os moradores das comunidades? Então, por que só falamos nas vítimas de classe média do regime? Porque as vítimas de classe média pagavam por advogados para questionar as arbitrariedades. As vítimas pobres não eram ouvidas, uma vez que até 1988 a Defensoria não estava na Constituição.

Desde 1988 surgiu uma novidade, que escancara os nossos paradoxos. Somos um país de poetas e de esfomeados. Claro que há uma sensação de estranhamento. Soa como invasão. De repente, tornou-se necessário para empresas, governos e pessoas físicas aceitar que os alvos históricos de perseguição, de violência, de indiferença e de ódio agora reagem também através de petições, através de audiências públicas, através de pesquisas, de projetos de lei.

Quem nunca era ouvido começa a ter frequentes decisões favoráveis na justiça, inclusive contra pessoas e entes poderosos. Lembram do que diziam dos aeroportos? Pois bem, agora foram os Tribunais que viraram rodoviárias. Hoje, o cidadão pobre da Bahia vai até o STF igual ao cidadão rico.

O novo gera medo. Medo, o pai da raiva e avô da covardia. Mas, se todos tiverem sabedoria, aos poucos, o incômodo se converterá em orgulho. Orgulho de saber que o seu povo vai se tornando cada vez mais forte. Orgulho de saber que as políticas públicas e os acordos privados vão ficando cada vez mais sólidos.

A graça divina pela qual o hino do Bonfim clama é a justiça e a concórdia. O povo agradece quando passa a ter direitos. Parlamentares, prefeitos e governadores aos poucos vão percebendo o potencial que uma instituição que atende o volume de pessoas que a Defensoria atende possui para identificar e ajudar a solucionar problemas sociais.

A Defensoria Pública é a "expressão do regime democrático". Quem diz isso é a Constituição Federal e ela não fala à toa. O tamanho da Defensoria Pública de cada Estado é um dos indicadores mais seguros de compromisso social dos seus governos. Não é apenas uma opinião minha. Está na Carta Magna. Em um país como o Brasil não pode existir democracia sem defensoria. Dificultar a sua chegada a todos os cidadãos, impedir que tenha recursos adequados, tentar desvalorizar quem trabalha nela é um ataque aos fundamentos da República.

Claro que o desafio do sim passa também por construções internas. As pessoas negras são a maioria absoluta do público atingido pela Defensoria Pública, mas são apenas 25% dos defensores públicos. Lutamos diariamente contra o racismo, contra o machismo e contra a homofobia, mas ainda não estamos livres desses fenômenos dentro de casa. Nosso público sofre com o excesso de formalismo e a linguagem rebuscada no sistema de justiça, mas muitas vezes nós o assustamos e oprimimos com o nosso juridiquês.

A busca pelo potencial pleno da Defensoria passa também por reflexões e autocríticas. Faço questão de repetir sempre: para fazermos jus ao status de força emancipatória, precisamos olhar para dentro e não repetir velhos erros. Apesar de tantos não e de tanta dor que nos invade, somos nós que temos que estar ao lado da alegria da cidade.

Atravessamos a maior crise sanitária que qualquer pessoa viva no planeta hoje já enfrentou. Relações sociais e econômicas estão mudando. Todos sofreremos muito. Tem sido muito duro limitar ou interromper nossos atendimentos presenciais e funcionar remotamente. A essência da Defensoria Pública é o contato direto, olho no olho, inclusive fora dos gabinetes. A essência da Defensoria é o acolhimento, é o abraço.

Sempre quem mais sofre é quem tem menos recursos. Isso vale para as pessoas que têm mais dificuldades para se isolar e que têm mais dificuldades para completar um telefonema em um atendimento remoto. Porém, vale também para as instituições com menores orçamentos, como a Defensoria, que já fazem milagre com o pouco que têm e ainda enfrentam mais dificuldades para adaptar suas estruturas.

Diga-se de passagem que, mesmo com todos os obstáculos, mesmo com menos recursos, a Defensoria Pública da Bahia foi a instituição que mais aumentou a oferta de serviços em todo o Estado nos últimos seis anos, dobrando sua cobertura. Somente conseguiu esse feito por atuar com criatividade, coragem e, principalmente, por direcionar cada centavo que obtinha para o retorno social. A eficiência de uma instituição pública e a responsabilidade com o orçamento é avaliada por essa capacidade de conversão dos recursos em serviços.

Vale aqui, porém, uma pergunta: Por que algumas pessoas ainda consideram natural que a Defensoria Pública sempre tenha menos recursos? Com o empobrecimento da população, a Defensoria vai ser ainda mais procurada e muito mais necessária. Será ainda mais

danosa a existência de cidades sem a presença da Instituição. Expandir nossos serviços não é opção. É uma necessidade básica.

Vou encarar esses dois anos com a mesma seriedade e a mesma dedicação de sempre. Vamos nos unir por um sentimento, mas por um sentimento bom. Vamos nos unir a favor do nosso povo, a favor da democracia, a favor da Defensoria. Aos defensores, aos servidores e aos estagiários da instituição, deixo um recado: sei que é difícil para todos nós, mas nunca se esqueçam que a dificuldade de quem bate à nossa porta é sempre muito maior do que a nossa.

É por conta dessa consciência que coloquei o meu nome à disposição para fechar esse ciclo. Foi justamente por saber que não vai ser fácil. Não, não é loucura, é compromisso. É amor. Quem escolheu viver a Defensoria não tem direito de optar pelo mais fácil, não tem direito de esperar a hora da bonança. Tem que estar preparado para navegar nas tempestades.

Eu sei que todos nós vamos enfrentar as barreiras que surgem na estrada: pandemia, adaptação ao atendimento remoto, cansaço, orçamento insuficiente, incompreensões, preconceitos contra os assistidos, preconceitos contra a instituição. Vamos vencer uma a uma e prestar um serviço ainda melhor. Se precisar, a gente pula, se precisar a gente contorna, se precisar a gente derruba. Na hora que parecer difícil demais, a gente olha para o lado e consegue apoio, mas nunca desiste. Nada veio fácil para nós, nada virá fácil para nós, mas ninguém vai nos derrotar, porque nós todos somos a Defensoria Pública e sabemos o que queremos para o nosso povo.

O processo eleitoral pelo qual passamos agora foi importantíssimo. Os defensores compreenderam que é possível fazer campanha sem atacar os adversários e sem atacar a instituição. Os defensores mostraram que sabem da importância de estarmos unidos. Agradeço a confiança de quem votou em mim, mas deixo uma coisa clara. A eleição acabou. Não me interessa em quem cada um votou. Todos, independentemente do voto que deram, continuarão sendo tratados de forma equânime. Administração se faz de forma impessoal. Evidentemente cometemos erros e logicamente vamos errar outras vezes. Mas, sempre com o intuito de fazer o melhor.

Nesta fala, citei o hino do Brasil, o hino da Bahia e o hino do Bonfim. Poderia ter citado ainda outro hino importantíssimo para a nossa cultura, que fala no clamor do povo, da vibração e da sua voz e levanta a multidão já no primeiro toque de corneta. Mas, a Defensoria é dos tricolores e dos rubro-negros. Recorri às músicas que são símbolos da nossa nação, porque mesmo nesse tempo de tanto ódio e indiferença, cada passo da Defensoria Pública, cada

atendimento realizado, devem ser parte de um Hino. Um hino de amor e de solidariedade.

Vamos vencer os desafios. Vamos construir o sim. Conto com todos vocês!

Salvador, 02/03/2021

Rafson Ximenes